

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número do décimo quinto volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

No primeiro artigo, **Direito e pandemia: mais uma tentativa de privatização da Constituição**, Rayann Kettuly Massahud e Almir Megali Neto analisam a decisão monocrática proferida na ADI n. 6.357 do ponto de vista da dogmática constitucional e das exigências paradigmáticas do Estado Democrático de Direito aplicáveis à jurisdição constitucional no exercício do controle de constitucionalidade das leis.

Na sequência, Maurício Avila Prazak, Marcelo Negri Soares e Jacques Diniz Nogueira no artigo **Derrotabilidade** discorrem sobre a teoria da derrotabilidade das normas jurídicas e o modo como ela pode ser utilizada pelos julgadores, nos vários graus jurisdicionais para que os princípios legais constitucionais e as regras formais de direito se compatibilizem, tornando a decisão flexível e ajustada aos ideais de justiça.

No artigo **Palpite, o grafite é o limite: uma análise do caso de São Paulo e suas paredes pintadas de cinza**, Carolina Ferreira Olsen analisa o caso ocorrido na cidade de São Paulo que, em razão do projeto Cidade Linda, cobriu os grafites da cidade com tinta cinza visando evidenciar os direitos culturais envolvidos na questão.

Lúcia Souza d'Aquino e Vanuza Bugança no artigo **A sucessão legítima de filhos havidos "post mortem" por técnica de reprodução assistida** defendem que quando a fecundação ocorre após a morte do genitor, encontra-se uma lacuna no Código Civil quanto ao direito sucessório, contudo a falta de disposição legal não justifica a exclusão do direito sucessório do herdeiro por ter sido concebido post mortem. Assim, é de suma importância esclarecer questões com relação ao direito sucessório desse herdeiro, bem como à insegurança e à igualdade entre os filhos do de cujus.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XV, número 1, julho de 2022 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

No artigo **Reserva do possível e direito à saúde: pode o Estado negar o mínimo existencial?** Aldemir Berwig e Tiago Protti Spinato abordam a complexidade existente entre a concretização do direito fundamental à saúde e sua judicialização no Brasil, explorando duas questões paradoxais: o mínimo existencial e o princípio da reserva do possível. Os autores analisam a efetivação da saúde frente às competências constitucionais, apresentando os fundamentos e a possibilidade de concretização da cidadania diante dos argumentos jurídicos que negam sua fruição. Propõem o direito à saúde como um dos pilares do desenvolvimento humano, pois sua ausência ameaça vários aspectos da vida. A partir da compreensão do papel do Estado na concretização da saúde, exploram a ideia de mínimo existencial em contraposição ao princípio da reserva do possível. Enfrentam a questão da judicialização da saúde para buscar, nas competências administrativas, o dever estatal de concretização do direito fundamental à saúde.

Henrique Avelino Avelino Lana e Eduardo Goulart Pimenta no artigo **A LC 182/21 e o regramento sobre investimentos em inovação e tecnologia pelo o novo marco legal das "startups"** visam, a partir das regras do Marco Legal das Startups, identificar e distinguir os diferentes tipos de investimento para startups, bem como quais são as suas regras respectivas, trazidas pela LC 182/21.

No artigo **Breves considerações acerca dos requisitos para fixação de medidas coercitivas atípicas na execução pecuniária**, Otávio Ribeiro Coelho aborda, de forma concisa, as medidas coercitivas atípicas na ação de execução por quantia certa, construindo interpretação a partir do artigo 139, IV do Novo Código de Processo Civil, buscando estabelecer critérios norteadores para sua fixação pelo Poder Judiciário.

Otávio Vilela e Ana Maria Damasceno de Carvalho Faria no artigo **A indenização devida à União em caso de usurpação mineral e o IRDR tema nº 27 do TRF4** investigam o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, tema nº 27 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que visa solucionar as divergências quanto à indenização devida à União nos casos de usurpação mineral. A partir da análise dos autos do incidente e do procedimento de suscitação/admissão, considerando a legislação, a jurisprudência e as propostas doutrinárias, verificou-se vícios do procedimento em relação à causa-piloto, à delimitação do cenário fático, à publicidade e ao contraditório. Essas deficiências maculam a legitimidade da tese jurídica a ser fixada pelo TRF4, mas podem ser sanadas, a fim de garantir a almejada segurança jurídica e o tratamento isonômico dos sujeitos. Para isso, também são traçadas considerações em relação aos pressupostos da



responsabilidade civil, ao regime jurídico do patrimônio mineral e à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

No artigo **Arqueologia do Estado de exceção e a precarização da vida**, Maurício Siqueira e Garboza Junior José Mauro fazem uma revisão da literatura político-filosófica do projeto Homo sacer de Giorgio Agamben e concluem que a mobilização da sociedade civil no uso de instrumentos como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental mostra-se eficiente para conter ações de governantes e autocratas quando produzem espécie normativa que colocam em risco direitos fundamentais.

Por fim, Caroline Amorim Costa, Italo Nogueira de Moro, Luciana Costa Estêvão, Sergio Milanez Gomes e Stephane Kelly da Silva Lima analisam em um artigo conjunto os vários tipos de adoção existentes na sociedade brasileira, bem como, à sua evolução conceitual e procedimental ao longo do tempo, embasados pelas diretrizes dos Direitos das Famílias. Com o objetivo de demonstrar as suas consequências na vida, tanto dos adotantes quanto dos adotados, buscou-se ajustar às novas imposições, atendendo aos envolvidos de forma isonômica.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XV, número 1, julho de 2022 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>